

RESENHA

DONGO MONTOYA, A. O. (Org), *Contribuições da psicologia para a educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2007. 110p.

Sabrina Sacoman CAMPOS¹

O livro traz um conjunto de textos que discutem alguns pontos importantes referentes às contribuições da Psicologia para a Educação. Apesar de ser clara a contribuição da Psicologia para a Educação, sabe-se que a Psicologia ainda não agrupa uma só teoria, pronta para ser aplicada. Assim, levando em consideração as últimas ações educacionais em nosso país e no mundo, nota-se que se tem evidenciado os estudos psicológicos a respeito da aquisição e do desenvolvimento do conhecimento sob a luz da teoria psicogenética e do construtivismo, e que tais estudos ainda não são conhecidos em sua real importância.

Portanto,

Querendo ganhar, então, mais profundidade de análise no campo da psicologia que se relaciona com as questões educacionais, os textos aqui organizados se centralizam em certos assuntos e conteúdos críticos na conjuntura educacional atual, os quais podem contribuir para a prática da ação educacional. (MONTTOYA, 2007, p.8)

Nesse sentido, o primeiro capítulo “Contribuições da Psicologia à Educação”, de autoria de Kester Carrara, enfatiza que a Psicologia não é uma ciência absolutamente única e trata a questão das discordâncias das teorias psicológicas, que podem ser aplicadas à Educação, e, também, da opção por uma dessas teorias no campo educacional.

A Educação possui relação com diversas ciências, inclusive com a Psicologia. Sendo a Psicologia uma ciência que permite várias abordagens, os educadores têm a difícil tarefa de optar por um caminho que lhes seja mais adequado. Muito do que se pode chamar de contribuição da Psicologia à Educação já está embutido nas políticas educacionais existentes. No entanto, uma síntese

¹Discente do curso de Pedagogia da FFC/UNESP - Campus de Marília-SP. E-mail: sabrina.unesp@bol.com.br.

dessas abordagens, que possibilite sua aplicação na Educação, não está pronta. Na verdade, nem se está perto disso, pois tais abordagens possuem características muito distintas.

Com a Psicologia, o que se busca sempre é compreender as ações dos indivíduos. A Educação, por sua vez, de forma privilegiada, vem garantir a observação de novos aspectos nos sujeitos. Assim, sistematizar estudos, que assegurem conhecimento seguro para embasar o processo educacional, é fundamental.

A aprendizagem e o desenvolvimento dos indivíduos são assuntos que apresentam divergência teórica. Não existindo ainda uma síntese experimental, para eleger uma forma de contribuição da Psicologia à Educação é forçoso basear-se nas alternativas existentes. Essa contribuição, por estar ligada a abordagens distintas que concebem o homem de formas diferentes, deveria pensar diferentes técnicas de aplicação e de avaliação específicas de resultados.

Carrara cita a Psicanálise, o Behaviorismo Radical, a Teoria Histórico-Cultural e a Epistemologia Genética, demonstrando que seria muito difícil resumir as diferentes contribuições da Psicologia para a Educação. Segundo o autor, ao educador consciente caberia ampliar seu conhecimento referente à Psicologia, antes de optar por um determinado caminho a seguir na ação pedagógica.

No segundo capítulo, intitulado “Afetividade e desenvolvimento humano”, escrito por Marília Matsuko Higa e Elena Etsuko Shirahige, temos um conjunto de conhecimentos, extremamente importantes, sobre as relações da criança e do adulto, em seus aspectos éticos e afetivos; encontramos vasto conhecimento, assim, sobre a realização dos processos que envolveriam tais relações dentro do ambiente escolar.

As autoras definem a afetividade e para tal utilizam-se do termo *afeto*, que, também definido, recai sobre o termo *energia pulsional*. Ao falar em energia pulsional, chegam ao termo central da Psicanálise. O texto discorre sobre a Psicanálise, citando suas origens e métodos; importante destaque é dado à questão da sexualidade infantil, aos conhecimentos sobre o desenvolvimento

humano e às contribuições para a educação, referentes à teoria da personalidade e às fases do desenvolvimento, instituídas por Freud.

Segundo as autoras, relacionando a Psicanálise e a Educação, constata-se que a Psicanálise contribui com as questões da dificuldade de aprendizagem, colocando sua tarefa de conseguir um justo equilíbrio. A Psicanálise veria o indivíduo, que no caso da Educação é o aluno, com um olhar diferente, enxergando sua subjetividade. Por meio da Psicanálise, seria possível conhecer o processo de desenvolvimento humano, o que possibilitaria entender certas dificuldades e rever determinadas atitudes pedagógicas.

Ao se falar em relações afetivas, deparamo-nos com a relação existente entre a criança e o adulto, ou seja, entre o aluno e o professor; sendo preciso compreender essa relação para entendermos também o processo de ensino aprendizagem que envolve tais sujeitos.

Maria Suzana de Stefano Menin é a autora do terceiro capítulo, intitulado “Escola e desenvolvimento moral”. Nele é abordada a questão da autonomia moral dos indivíduos, das condições necessárias para que os indivíduos possam guiar-se, por si próprios, de maneira consciente e, respeitando mutuamente ao outro e às regras do meio em que se está inserido.

A autora fala da Educação e do desenvolvimento moral sob a perspectiva piagetiana, demonstrando resultados de pesquisas mais recentes. Descreve as idéias e estudos de Piaget sobre a moral e seus aspectos, analisando também a contribuição de Piaget para as reflexões sobre a educação moral nas escolas. Essa educação moral não seria algo a ser transmitido através de discursos, mas que deveria ser vivido constantemente, ativamente, como forma de cidadania. Muito interessante, é a apresentação feita no texto sobre os fatores que favorecem a autonomia e a heteronomia presentes na escola.

A autonomia moral seria possível a todos, desde que possam viver relações igualitárias, em que ocorram o respeito mútuo e a cooperação, como base, e onde a reciprocidade possa guiar a construção das regras. Para a escola, restaria o desafio de proporcionar tal ambiente.

No quarto capítulo, “Linguagem e pensamento na criança”, de autoria de Rosimar Bortolini Poker, temos importantes contribuições a respeito da construção do pensamento e da linguagem humana. Esse assunto tem sido alvo de inúmeros estudos dentro da Psicologia e da Educação, porém tais estudos ainda apresentam muitas divergências. Para alguns, a linguagem e o pensamento seriam características inatas no indivíduo, enquanto que, para outros, a aquisição de tais características se daria a partir da interação do indivíduo com o meio em que vive.

A linguagem, para Piaget, é muito importante para o desenvolvimento da inteligência, porém a linguagem não construiria a lógica, mas seria construída por ela. O pensamento viria antes da linguagem e esta o transformaria totalmente. A linguagem atuaria como dirigente e como instrumento de expressão do pensamento.

Assim, a autora coloca que, a linguagem seria fator fundamental para construção e socialização das representações, mas que o uso do signo verbal só aconteceria de acordo com o desenvolvimento do pensamento infantil.

Dando continuidade a esse assunto, que trata da construção do conhecimento, temos o quinto capítulo “A construção da noção de número: o papel da contagem”, escrito por Leny Rodrigues Martins Teixeira, e, também, o sexto capítulo “Conhecimento científico e conhecimento social: dados psicogenéticos para a ação escolar”, escrito por Adrián Oscar Dongo Montoya. Ambos abordam a construção de conhecimentos espontâneos e científicos, a aprendizagem e o desenvolvimento de tais conhecimentos e as partes em comum envolvidas nessa construção.

No quinto capítulo, vemos que o número é uma invenção humana, tanto para o indivíduo como para a ciência; tal invenção não dispensaria os objetos do meio, sobre os quais, desde o início da infância, a criança se debruçaria mediante suas próprias ações, sejam elas físicas ou conceituais. A autora explica a atividade numérica, realizada pela mente humana desde os primórdios da civilização, descrevendo sua trajetória das primeiras e mais simples formas de contagem, até as mais atuais e complexas.

Desde muito pequena, antes mesmo de ir à escola, a criança já entra em contato com um sistema de numeração existente. A contagem seria importante para a construção da noção de número na criança e a autora nos define o que é contar e o que seria preciso para contar de forma correta. Porém, contar não significaria que a criança aprendeu a natureza e os aspectos dos números, o que é comprovado no texto por relatos dos estudos e experimentos realizados por Piaget e Szeminska.

A função da escola, neste sentido, seria agir como mobilizadora das competências numéricas, buscando dar, às crianças, meios para construir os princípios lógicos e os diferentes usos dos números. A aprendizagem numérica aconteceria desde o nascimento e seria um processo longo. Quando a criança chega à escola, o professor deveria buscar conhecer suas competências numéricas e como ela utiliza os números. No texto, são elencados alguns aspectos que precisariam ser verificados para servir de base nesse trabalho escolar de ampliação da experiência numérica. Não há uma só forma de trabalho com os números e a escola deveria trabalhar todas as formas de número que são usados na sociedade.

Concluindo, no sexto capítulo, vemos que os conhecimentos físicos e sociais se dão por experiências realizadas pelas crianças, mas para isso seria necessário que o indivíduo se deparasse com atividades organizadoras lógicas e matemáticas. A construção desses conhecimentos aconteceria por caminhos distintos, mas as diferenças encontradas em cada um deles antecipariam partes em comum, como a experiência que extrai características dos objetos e a ação organizadora lógica e matemática. A partir da reciprocidade existente entre essas diferenças é que se construiria o mundo social e o mundo natural.

Os métodos tradicionais, verbais e passivos, têm perdurado no ensino das ciências naturais, inclusive das noções físicas. A partir do século XX, isso vem mudando; tem-se dado mais importância às experiências realizadas pela criança e à ação do professor como mediador. Porém, as relações estabelecidas entre professor e aluno, ou entre aluno e objeto podem se dar de várias formas.

Montoya nos coloca que, para que se tenha uma pedagogia que forneça uma real atividade intelectual e experimental para a criança, seria necessário compreender dados psicogenéticos mais profundos relativos à origem, à aprendizagem e ao desenvolvimento do conhecimento físico.

O conhecimento lógico-matemático resultaria da abstração reflexionante, já o conhecimento físico resultaria de abstração empírica. No texto, temos bem explicado o desenvolvimento do conhecimento físico, e, também, exemplos de experiências de Piaget e Inhelder. Percebe-se que conhecimento físico e conhecimento lógico-matemático se desenvolvem de formas diferentes, mas, como se vê nos exemplos citados, o desenvolvimento do conhecimento físico depende das operações lógico-matemáticas. O autor também destaca aquilo que seria necessário para o desenvolvimento do conhecimento físico e as ações didáticas propícias a esse desenvolvimento.

No caso do conhecimento social, também resultado de abstrações empíricas, tem-se uma organização de dados que o mundo proporcionaria e que se realizaria de maneira progressiva e operatória. O autor cita algumas pesquisas nessa área, apontando que seus resultados demonstrariam a trajetória e os obstáculos da criança até conseguir idéias menos aparentes e subjetivas. As noções e explicações mais objetivas conquistadas pelas crianças somente seriam permitidas através da experiência que requereria ações reflexivas e investigativas. Assim, todos os veículos de educação deveriam propiciar formas inteligentes de aprendizagem.

Desse modo, tem-se um volume que apresenta, em diferentes dimensões, possíveis contribuições da Psicologia para a Educação. A leitura de tal livro é de fundamental importância para todo estudioso ou profissional que busca aprofundar seu conhecimento relativo à Educação e à Psicologia.